

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

A GENEALOGIA NA CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE “CIDADE VERDE”

Nicole Cerci Mostagi (UNOPAR) - nicole_cerci@hotmail.com

Atualmente é docente da Universidade Anhanguera - Uniderp e docente da Universidade Norte do Paraná. Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (2014) e Mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (2017).

Amanda Keren Frois (UEL) - amandafrois@gmail.com

Discente do Programa de pós-graduação em Administração - UEL, na linha de Política e Gestão Socioambiental (PGSA). Graduada em Administração pela UEL (2018).

INTRODUÇÃO

A genealogia de Foucault revela as relações de poder e o modo como os saberes formam redes de dominação, lembrando os efeitos do poder dos discursos e das práticas sociais. Foucault não limita suas investigações a uma análise dos discursos, todavia dá ênfase igualmente à problemática acerca das relações de poder na formação do conhecimento, na produção da verdade no campo das ciências e na institucionalização de práticas sociais. As relações entre saber e poder marcam a passagem da arqueologia para a genealogia (FOUCAULT, 1996).

“A genealogia, como análise da proveniência está (...) no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1993, p. 22). Assim, a análise analítica interpretativa é possível e tem suas bases nas propostas arqueológicas, que buscam a análise da discursividade local, das condições de emergência da formação discursiva que ali se exhibe. Nesse sentido, o sujeito é tido como efeito do discurso, ou seja, das formações discursivas que emergem em meio ao jogo de forças que se atualizam em cada nova relação, nova geração, a cada contexto, e não é de modo algum, algo linearmente evolutivo ao longo do tempo (FOUCAULT, 1996).

A genealogia se opõe à busca de formas puras e ideais que preexistem ao nosso mundo profano de todo dia. Ao contrário, o genealogista descobre que as essências ideais, as verdades essenciais são artefatos tomados de "formas estranhas". O que descobrimos na assim chamada origem das coisas não é um estado de perfeição tranquilizador, agora perdido, mas ainda recuperável; em vez disso, o que existe é disparidade, diferença, indeterminação. (COOPER; BURRELL, 2007, p. 323).

A história contada, independentemente da história ou da forma que foi contada, é cheia de disparidades, diferenças e indeterminações, e isso não foi diferente com a cidade de Maringá, localizada no estado do Paraná, visto que o investimento genealógico pode ser uma expressão de fazer insurgir as perspectivas distintas das que foram falsificadas pela própria cultura histórica, isto é, pelos modos que concretizaram a origem dos fenômenos aceitos como verdadeiros (FOUCAULT, 1996).

Nesse sentido, este trabalho tem o intuito de analisar, de maneira breve e concisa, a história da cidade de Maringá e questionar a legitimidade do discurso construído a partir do slogan “cidade verde”, para além de seu planejamento urbano e arborização. Analisa-se se esse discurso é verdadeiro ou uma construção meramente ilusória e mercadológica, que ocorreu por meio do controle de instituições e legislações. Com base em uma abordagem genealógica elaborada sob a perspectiva pós-moderna do Foucault, pretende-se demonstrar os aspectos intrínsecos acerca da construção da imagem da cidade de Maringá.

METODOLOGIA

No cotidiano das cidades, a relação entre homem e natureza vem sendo problematizada, mais frequentemente, tendo como norteadoras as questões relativas à preservação do meio ambiente e à organização do espaço urbano. No intuito de problematizar tal relação, este trabalho pode ser classificado como descritivo, utilizando-se primordialmente recursos da pesquisa histórica. Em pesquisas descritivas, o foco está na investigação de um determinado tema, buscando delinear seus problemas, sua dinâmica social e seus agentes. Trivinõs (1992, p. 110) assinala ainda que esse tipo de estudo “pretende descrever com ‘exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Além de descritivo, o trabalho recorre a alguns elementos do método histórico de pesquisa. Entre esses elementos estão as análises de documentos que se atentem aos detalhes das relações vividas e da rede de significados construídas por seus agentes. Assim, o recorte temporal estudado nesta pesquisa é o longitudinal, que correspondeu ao período entre o planejamento do território onde seria fundada a cidade de Maringá e o ano de 2016. Sobre o recorte, Dias e Becker (2010, p. 9-10) consideram:

Por meio do recorte longitudinal, é possível demarcar uma sucessão de períodos, proporcionando entendimento da evolução do fenômeno estudado; buscar nas narrativas e/ou pesquisa documental elementos que permitam identificar os marcos históricos da organização; construir uma lista de eventos que influenciaram decisivamente na formação da estratégia organizacional ao longo de sua trajetória; identificar categorias que reduzam a complexidade dos dados; a decomposição dos dados em períodos sucessivos permite explicitar como ações dentro de um determinado período levaram a mudanças que afetaram os períodos seguintes.

A perspectiva longitudinal, comumente utilizada em estudos históricos, é uma das abordagens da pesquisa descritiva, que tem por objetivo coletar informações ao longo do tempo. O levantamento de dados documentais foi realizado no site da prefeitura e nos demais documentos de domínio público por ela disponibilizados. A pesquisa bibliográfica envolveu material já publicado, constituído principalmente por livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet. Assim, a pesquisa e o levantamento de dados documentais e bibliográficos foram necessários para uma compreensão mais aprofundada sobre o processo histórico de uma cidade, no caso específico desta pesquisa, buscando informações sobre a construção da cidade de Maringá desde o seu planejamento inicial até os dias atuais. Para May (2004, p. 221), “[...] os documentos fornecem uma fonte de dados importante para entender os eventos, processos e transformações nas relações sociais [...] eles são centrais para entender e explicar as relações sociais”. Os documentos foram consultados durante os anos de 2015 e 2016 e considerados como dados secundários.

A GENEALOGIA DE FOUCAULT E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE

Cada sociedade, como Foucault diz, "tem o seu regime de verdade", e a genealogia está interessada precisamente na forma como nos governarmos a nós mesmos e aos outros por meio de sua produção. Focando especialmente as ciências humanas, ciências em que "homem" é o objeto, examinando assim, as inúmeras maneiras em que as relações de poder são ambas as condições e efeitos da produção de verdade sobre os seres humanos (MCCARTHY, 1990).

A nossa personalidade e caráter nada mais é do que a condensação da história que temos vivido desde o nosso nascimento. Por isso, "é com nosso passado inteiro [...] que desejamos, que queremos e agimos" (BERGSON, 2006, p.48) "Como tal a ideia de intencionalidade individual e ação intencional devem ser temperadas com o reconhecimento que como uns negócios mais e mais com "pessoas sociais" e não compondo entidades individuais", ou causa final "em vez de a causa eficiente torna-se decididamente mais apropriado" (GRIFFIN, p. 5-7 *apud* CHIA, 2011).

Nesse sentido, a genealogia desconstrói a verdade, pois as descobertas são por acaso, apoiadas por operações de poder ou considerações de interesses. Não existindo assim verdades absolutas, pois as verdades são tendenciosas, relativistas e niilistas. Não há nesse sentido, uma uniformidade ou regularidade da história, a história não avança então em uma ordem linear (FOUCAULT, 1993), pois a genealogia,

[...] não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existe a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente (FOUCAULT, 1996, p.21).

Assim, voltando o olhar para a cidade de Maringá, percebe-se um espaço que foi construído pela destruição inicial de sua riqueza natural composta pela Mata Atlântica, formando um espaço urbano onde as árvores constituíram uma representação social de "cidade verde". (BOVO; AMORIM, 2012). Essa representação social manifesta uma relação cotidiana entre o sujeito e o espaço urbano, "gênese da percepção que o indivíduo tem de seu entorno, a partir dos símbolos eleitos pelo indivíduo e/ou coletividade" (LOCH; SILVA, 2006, p. 4).

Foucault rejeita a imagem cartesiana de um sujeito autônomo racional colocado contra um mundo de objetos que pretende representar e, através da representação, dominar. Sujeitos do conhecimento e ação são seres sociais e consagrados, e os produtos de seu pensamento e ação suportam traços indelévels de suas situações e interesses (MCCARTHY, 1990).

Assim, o individual, é mais um efêmero vetor de um criativo processo. A vida é como uma passagem de corrente a partir de germe para germe de tal modo que o “ser vivo” é acima de tudo uma passagem, ao longo do qual o impulso de vida é transmitido. E uma vez que cada indivíduo, como um corredor de revezamento, retoma esta impulsão e a passa, como cada geração deve inclinar-se e tocar a próxima, assim como podemos dizer exatamente onde um indivíduo termina e outro começa (BERGSON, 1974).

É possível fazer um paralelo entre o individual de Foucault e a construção da imagem da cidade de Maringá em seus diferentes fragmentos históricos a serem analisados. A construção da imagem da cidade pode ser vista com um fluxo contínuo entre indivíduos e suas ações, que perpassa todas as gerações, e sofre influências de interesses sociais e econômicos.

A ação humana como algo que brota de impulsos que estão além do controle humano direto; o comportamento, individual ou institucional, é essencialmente uma reação a uma força originária. A ideia de que somos controlados por forças que estão além de nós repugna profundamente o pensamento racional moderno, que construiu, ao longo dos séculos, um discurso que mais ou menos deliberadamente visava negar essa possibilidade. Sabemos agora que a sociedade organizacional se pôs a domesticar as paixões impulsivas do homem, atenuando-as em interesses sociais e econômicos (HIRSCHMAN, 1977 *apud* COOPER; BURRELL, 2007, p. 320).

Nesse sentido, de que a sociedade organizacional se pôs a domesticar as paixões e impulsos do homem, atenuando-as em interesses sociais e econômicos, a história da cidade de Maringá foi reconstituída, neste trabalho, em fragmentos de vinte anos, tomando como critérios a ocupação territorial, o desenvolvimento de atividades econômicas, e principalmente, a construção da imagem de cidade verde, pois:

se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (FOUCAULT, 1996, p.17-18).

Essa construção peça por peça é apresentada no caso da cidade de Maringá, por fragmentos de vinte anos de sua história: o primeiro fragmento, chamado de Cidade Jardim (1938-1958) vai desde o seu planejamento até ser instituída como cidade; o segundo, sobre o

Crescimento Horizontal e Verticalização da cidade (1959-1978); o terceiro sobre a Cidade Verde (1979-2000); e, o último, descreve o Estatuto da Cidade de Maringá: “A Cidade que eu quero” (2001 até 2016).

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE RECONTADA

Este capítulo apresenta quatro fragmentos da história de Maringá, tomando como critérios a ocupação territorial, o desenvolvimento de atividades econômicas, e principalmente, a construção da imagem de cidade verde.

O primeiro fragmento, chamado de Cidade Jardim, engloba os anos de 1938 a 1958. Nesse período, ocorreram os principais acontecimentos da colonização e planejamento do território. Considerando que, para Foucault (1996), o que pode ser suposto como a origem da cidade, não o é em um sentido de ser uma nova descoberta, mas sim aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. É imprescindível, portanto, a possibilidade de formulações constantes de novas hipóteses.

Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua "origem", negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, escavando os *basfond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda (FOUCAULT, 1996, p.22).

A ocupação da região norte do estado, especificamente da cidade de Maringá, ocorreu efetivamente no início da década de 1940, quando se implementou um núcleo urbano que tentava considerar o traçado orgânico do espaço físico, que desenhava o sítio urbano mantendo-o adequado à topografia, à rede hidrográfica e ao clima. Após a derrubada e queima da floresta da região, a cidade de Maringá foi projetada pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, em 1947, que desenvolveu o desenho da cidade tendo como referência a ideia de uma cidade jardim. Destarte, o desenvolvimento da cidade esteve ligado diretamente às suas características geográficas.

A cidade, até aquele momento, era marcada pelas queimadas e desmatamentos. Para transformar essa prática, foi difundida uma imagem de cidade atraente com vegetação nativa e exótica, tanto que “a construção da cidade implementou a arborização urbana como ‘decoração natural’” (LOCH; SILVA, 2006, p. 12). A arborização da cidade de Maringá ficou sob a responsabilidade do paisagista Dr. Luiz Teixeira Mendes, que foi contratado em 1949 para providenciar a rápida arborização. Nesse contexto, “ao projetar a cidade, Vieira tinha

consigo o ideal preservacionista, ou seja, uma preocupação com a qualidade do ambiente urbano, livre de poluições, e também uma preocupação em preservar essas áreas para as gerações futuras, [...] e é assim que surge o imaginário ecológico” (BOVO; AMORIM, 2012, p. 115).

Em 1954, foram elaboradas e votadas as primeiras leis tributárias, entre elas o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), sendo que esta isentava os proprietários que edificassem seus terrenos, incentivando, assim, o desenvolvimento econômico e social do município. Na década seguinte, a cidade de Maringá passou por diversas mudanças em sua urbanização. Foi quando “formou-se um cinturão urbano em volta do plano-piloto, formado por novos bairros já loteados sobre a área rural, ou seja, ocupou-se a área suburbana” (MANSANO, 2006, p. 87). Percebe-se que o crescimento e desenvolvimento vertiginoso da região de Maringá se deram pela construção da estrada de ferro e a produção do café que, além de trazer riquezas para os produtores, absorvia a mão de obra para um trabalho manual, fato que favoreceu, em larga medida, o crescimento da cidade. Nesse primeiro momento, o processo de ocupação e colonização ocorreu de forma organizada, sendo amplamente controlado pela CMNP: “Assim, Maringá desponta como exemplo de padrão urbanístico, vinculando-o ao nome de cidade-jardim” (CORDOVIL, 2010, p. 26).

O segundo fragmento da história de Maringá, entre 1959 e 1978, chamado de Crescimento Horizontal e Verticalização da cidade, foi o período em que ocorreram transformações na cidade com um processo de urbanização acelerado, pois “é Maringá, uma cidade peculiar: surgida de um espaço físico que foi devastado para, depois, ser reconstruído com objetivos estruturados e definidos a fim de atender interesses políticos e econômicos expansionistas.” (SILVA, 2006).

Como formas genéricas de ordenamento social através do espaço-tempo, a organização inevitavelmente influencia, entre outras coisas: a forma como o fluxo e refluxo das nossas vidas reais são estruturados, dá identidades, e nos transforma em objetos de conhecimento; tais como objetos de conhecimento são causalmente relacionados em um coerente sistema de ordenação; como taxonomias e hierarquias, ajuda a criar um sistema de prioridades que influenciam as percepções e valores; como os valores, criam aspirações, escolhas e tomadas de decisão; e como somos socializados para nos relacionarmos no grande esquema das coisas que chamamos de “sociedade” (CHIA, 2011). Os valores da sociedade de Maringá, além dessa construção de um imaginário de cidade verde, eram baseados por fatores econômicos, assim, esse momento, a base econômica passou gradativamente para a produção de soja e trigo. Esses novos cultivos trouxeram mudanças para os meios rural e urbano, pois

exigiram maior mecanização nas lavouras e, por conseguinte, menor mão de obra nos campos, crescimento dos fundiários e êxodo rural.

Com a mudança na produção agrícola, notou-se também uma mudança na concentração da população urbana e rural. Esse processo acelerado de crescimento urbano ocorreu em menos de vinte anos, principalmente nas décadas de 60, 80 e 90, e atingiu níveis para além do que foi planejado na década de 40. A primeira legislação urbanística municipal foi efetuada por meio do Código de Postura e Obras, Lei n.º 35 de 1959, Lei n.º 35 de 1959. Que em diversos artigos:

restringe intervenções estruturais em cursos d'água (construção de açudes, barragens, tapumes, etc.); destina ao departamento competente da prefeitura estabelecer uma distância mínima da construção em relação aos cursos d'água; proíbe o corte ou derrubada da vegetação ripária; e demarca os parques concebidos por Macedo Vieira como Zonas Verde, proibindo a edificação nestes espaços, reconhecendo sua importância paisagística (BARBOSA; CORDOVIL, 2014, s.p.).

O crescimento horizontal impulsionou a criação do Plano Direto de Desenvolvimento de Maringá, esse Plano foi instituído pela Lei n.º 621 de 1968. De acordo com Barbosa e Cordovil,

[...] no plano de 1968, destaca-se o artigo 14º da Lei de Loteamentos (Lei nº 625/68) que o compunha e disserta sobre a faixa mínima não edificável em fundos de vale ou talvegues sendo que, a dimensão desta era proporcional à área em hectares da bacia hidrográfica contribuinte, expressa em hectares, determinando para bacias de até 50 ha, faixa não edificável de 4m em cada margem do curso d'água; de 50 a 100 ha, a faixa sobe para 6m; chegando a 70m de área não edificável para bacias acima de 25.000 ha. (BARBOSA; CORDOVIL, 2014, s.p.).

Essas duas legislações serviram como diretrizes para a preservação ambiental e como um importante indicador de alguns instrumentos legais orientadores da ocupação urbana que se verificaram a partir dessa década. Tais legislações urbanísticas tiveram grande relevância para a configuração das primeiras expansões do plano inicial e para as mudanças nos parâmetros urbanísticos, que contribuíram para reformulações propostas pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira.

Maringá, apesar desse crescimento inesperado nas décadas de 1960 e 1970, possuía um sistema viário com amplas avenidas, uma vasta arborização e uma preocupação com os fundos de vale, córregos e nascentes. Afinal, de alguma maneira, ela fora planejada e tenta manter até os dias de hoje, um padrão de urbanização que é reconhecido como referência no país.

Nessa década, ocorreu um reflorestamento urbano com a utilização de espécies nativas e exógenas nas vias públicas e praças, com o intuito de diminuir o calor, a poeira e, principalmente, melhorar a estética da cidade que foi destruída pelo desmatamento inicial.

Essa roupagem tinha como propósito difundir uma imagem---- de cidade bonita, com muitas árvores e flores durante todo o ano, incentivando a imagem do momento que analisaremos. Pois é uma reflexão rigorosa e crítica sobre as forças subjacentes social, cultural, e históricas que moldam a forma que nós vemos, pensamos e agimos dentro das estruturas organizadas e institucionalizadas do mundo moderno. (CHIA, 2011), e a reflexão esperada é do que se consolidou como “cidade verde”.

O terceiro fragmento da história da cidade, que engloba os anos entre 1979 e 2000, Cidade Verde, é onde há a construção da imagem de “cidade verde”, em que

a árvore presente nas vias públicas da cidade de Maringá passa a ser o signo da preservação ambiental, da harmonia entre o espaço urbano e a vegetação. Projetada por sua quantidade, a árvore é apropriada como elemento que traduz os interesses de seus gestores em aclamar a “cidade ecológica”. Muito embora, como já foi assinalado, isso não corresponde à realidade. (SILVA, 2006, p. 134).

Esses discursos foram utilizados pelo poder público municipal, com o intuito de melhorar a imagem e divulgar a cidade na esfera nacional como sendo caracteristicamente verde. “Foucault nos lembra de que todo discurso tem uma função inerente de censura que reprime a estranheza do simbolismo, e que o primeiro passo na análise é reconhecer isso como uma maneira de nos “esclarecer”.” (COOPER; BURRELL, 2007, p. 322). Assim, os gestores de Maringá tentam por meio do discurso “vender” esse imaginário de verde na cidade, tentando convencer que esse discurso é válido e verdadeiro, para que não haja assim, uma rejeição ou estranheza desse simbolismo.

Para Lyotard e outros escritores pós-modernos, o propósito real de conceitos e representações não é tanto para descobrir um melhor conjunto de representações que nos permitem espelhar-nos no mundo. Pelo contrário, é para nos apontar para um reino inconsciente de saber que está além das palavras, mas que, no entanto, tem um impacto performativo sobre as nossas vidas. (CHIA, 2011). O slogan de “Cidade Verde” é um enunciado que busca fazer uma aproximação entre homem e natureza. Ele foi elaborado com finalidades econômicas a fim de disseminar o significado de “paraíso turístico”.

O slogan é um instrumento racional dos gestores da cidade como forma de administração, como o intuito de transformar a cidade em atrativo por suas potencialidades para o desenvolvimento de comércio, investimento e qualidade vida (PAULA, 1998). Essa racionalidade que vem prevalecer na sociedade moderna como um potencial instrumento para estender nosso domínio sobre os mundos físico e social, uma racionalidade técnica e de cálculo, de regulação e administração, em busca de formas cada vez mais eficazes de dominação (MCCARTHY, 1990). Sendo assim, “o discurso não é mais um meio neutro de

comunicação sobre o mundo. Em vez disso, é o discurso da diferença e da auto-referência. Ele não é mais uma extensão das faculdades ou órgãos humanos; estes é que são as extensões do discurso” (COOPER; BURRELL, 2007, p. 323).

Ao final da década de 1970, a população urbana ultrapassa os 120.000 habitantes, mostrando um potencial de crescimento surpreendente que, não tendo sido planejado pelas legislações municipais, levou à consolidação de uma malha fragmentada e descontínua. Nesse contexto de ampliação demográfica, foi instituído o Plano de Diretrizes Viárias, de 1979, que foi elaborado pela equipe de planejamento da prefeitura, liderado pelo arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha. Sua elaboração foi movida, sobretudo, por questões viárias, considerando as distorções entre o projeto original e as restrições ambientais. Esse plano constitui um momento relevante de intervenção urbana no município, uma vez que:

O segundo Plano (o primeiro seria o Plano Diretor de 1968) coordenava e orientava o crescimento urbano, estabelecendo regras e normas para loteamentos e corrigindo as distorções que a cidade novamente vinha sofrendo. [...] O que fizemos juntamente com os técnicos da Assessoria de Arquitetura e Urbanismo foi criar um novo perímetro urbano, englobando todos os loteamentos, legalizados ou não, e traçando a malha dentro dele, baseada nos padrões do plano original. Esse trabalho foi realizado garantindo o direito de propriedade e a preservação dos mananciais e meio ambiente (ROCHA, 2004 apud CORDOVIL, 2010, p. 17).

Na década de 1980, com a economia favorável em conjunto com as legislações vigente, ocorreu o auge da verticalização urbana (MENEQUETTI; REGO; BELOTO, 2009), gerando corredores altamente edificadas, desfavorecendo a imagem de cidade verde. Nesse momento, a Secretaria de Cultura e Turismo abriu um concurso para eleger um slogan a ser adotado pela cidade. O slogan vencedor foi “Maringá: o coração verde do Brasil” e as árvores passam a ser o símbolo da cidade, transformando-as, assim, em uma representação social de “cidade ecológica”, ou “cidade verde” (SILVA, 2003).

Assim, o que faz as ações sociais é precisamente a possibilidade de influenciar e ser influenciada pelas ações e expectativas dos outros. Na definição de Foucault, apenas as ações que não tinham possíveis efeitos sobre as ações dos outros, isto é, que não eram sociais, estaria livre do exercício do poder (MCCARTHY, 1990). Esse poder é exercido na cidade de Maringá por meio de legislações e instituições que atuam como formas de manter a ideia de “cidade verde” e com qualidade de vida tanto na população da própria cidade quanto para o país de modo geral.

A população da cidade de Maringá é composta por indivíduos não formados e sem identidades estabelecidas que, em seguida, se envolvem em relações sociais. Na verdade, as identidades individuais são historicamente formadas em processos de individualização,

identificação e institucionalização (CHIA, 2011). Esse processo é mostrado ao longo da história da cidade, que tenta por meio de legislações e discursos manter esse falso ideal de cidade verde nos indivíduos.

Nesse contexto, em 1999, Maringá foi considerada uma cidade turística, recebendo o selo aprovado pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), por ser uma das cidades mais arborizadas do país (SILVA, 2003). Sendo que em 2008, foram catalogadas 104 praças na cidade de Maringá (BOVO; AMORIM, 2012). Esse período foi marcado pela tentativa de avanço ambiental, como a manutenção da biodiversidade e a proteção dos recursos naturais e hídricos. Procurou-se mostrar que a cidade proporciona uma bela paisagem urbana, por meio de criação de locais para lazer, com o intuito de difundir a qualidade de vida da população.

Assim, a diferença entre o ideal e a realidade entrou em conflitos e, apesar de a cidade de Maringá possuir a estrutura urbana de uma paisagem arborizada e fazer disso um discurso de “cidade verde”, percebe-se que no seu sítio urbano a degradação do meio ambiente foi relevante, precisando, assim, desenvolver uma política urbana.

O último fragmento, com os 20 anos mais recentes de Maringá, Estatuto da Cidade de Maringá: “A Cidade que eu quero”, traz os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade e as questões metropolitanas, pois “a história da cidade é a história de sua produção continuada. A história de uma dada cidade se produz através do urbano que incorpora ou deixa de incorporar” (SANTOS, 1994, p. 34).

Em 2001, um novo instrumento entrou em vigor no país, com o intuito de legislar sobre a gestão urbana: o Estatuto da Cidade. Previsto na Constituição de 1988, ele objetiva a regulação do uso do solo urbano em prol do bem coletivo. Com a promulgação do Estatuto da Cidade, por meio da Lei n.º 10.257, com seus instrumentos urbanísticos e jurídicos, estabeleceram-se as diretrizes para efetivar a política urbana nacional, como também o processo de participação democrática. Nessa ocasião, apresentaram-se os instrumentos para a gestão democrática de ocupação do solo urbano, uma vez que o mesmo precisa ter ampla participação popular e deve ser revisado a cada dez anos para os municípios com mais de 20.000 mil habitantes, bem como por todos os demais municípios que fazem parte das regiões metropolitanas.

A finalidade do Plano Diretor Municipal consiste em transformar positivamente o território e a cidade, por meio de formulações de pactos e acordos entre sociedade e governo (CARDOSO; FAGOLIN, 2006). O Plano Diretor na cidade foi aprovado em audiência pública no dia 21 de julho de 2004, sendo considerado satisfatório tanto pela sociedade civil quanto pelos políticos (CARDOSO; FAGOLIN, 2006). Maringá foi a primeira cidade do

estado do Paraná a implementar um sistema de discussão com participação popular. O tema do Plano Diretor foi: “A Cidade que eu quero”. O Plano Diretor de Maringá foi alterado pela Lei Complementar n. 632 de 2006, e no Art. 4º, que trata da função social da cidade. Esta:

[...] compreende o pleno exercício de todos ao direito à cidade, entendido este como direito à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à acessibilidade e demais direitos assegurados pela legislação vigente. (BOVO; AMORIM, 2012, p 112).

O município de Maringá, desde sua colonização, vem apresentando diversos problemas relacionados aos recursos hídricos, tais como falta de água para a população urbana, falta de mata ciliar, erosão, assoreamentos, esgoto clandestino, resíduos industriais, lixo doméstico e comercial, agrotóxicos entre outros, tanto no setor rural como no urbano fortalecido pelo crescimento populacional (KERKHOFF, 2010).

Ao todo, nos dias atuais, a cidade soma em torno de 2.108.591,00² de áreas verdes, consequente das 11 Unidades de Conservação e das oito áreas de reserva existentes na cidade (GARCIA, 2006, p. 52). Maringá possui 90 alqueires de matas nativas, distribuídos por 17 bosques e milhões de árvores de diversas espécies plantadas ao longo das ruas e avenidas. Isso totaliza 6.826.823 m² de área verde ou 25,94 m² por habitante (MARINGÁ, 2015).

Porém, estudo recente (KERKHOFF, 2010) aponta problemas decorrentes dos resíduos e a erosão, como: contaminação dos mananciais dos córregos do perímetro urbano e lençóis freáticos, perda da arborização urbana ou a depredação dessas, a falta de saneamento básico nos bairros mais pobres, a impermeabilização das áreas centrais.

Pode-se dizer que o principal objetivo da política ambiental, conforme a lei nº 9, é o de “contribuir para a melhoria da qualidade de vida do município, mediante a conservação e a recuperação dos recursos ambientais”. Contudo, nesses dezesseis anos de existência da política ambiental de Maringá quase nada foi alterado. A cidade e a sua população cresceram, todavia, a política ambiental do município não acompanhou essa mudança (KERKHOFF, 2010), assim:

Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a ideia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força – e é o nascimento da lógica. Nem a relação de dominação é mais uma “relação”, nem o lugar onde ela se exerce é um lugar. E é por isto precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosamente procedimentos (FOUCAULT, 1996, p.23).

Nesse sentido, as primeiras legislações ambientais surgiram para manter o simbolismo de “Cidade Verde”, valendo-se de multas por danos à arborização das ruas, praças e parques e plantio de árvores em cada lote na zona rural, ainda na década de 1970. Apenas em 1993, o município elaborou uma política realmente relacionada ao meio ambiente, como também, criou e consolidou o Conselho Municipal do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Serviços Urbano e Meio Ambiente (SEUMA) e do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Mesmo assim, o município de Maringá, desde sua colonização, vem apresentando diversos problemas relacionados aos recursos hídricos, tais como falta de água para a população urbana, falta de mata ciliar, erosão, assoreamentos, esgoto clandestino, resíduos industriais, lixo doméstico e comercial, agrotóxicos entre outros, tanto no setor rural como no urbano fortalecido pelo crescimento populacional (KERKHOFF, 2010).

Este processo incessante de construção e manutenção da realidade que nos permite esculpir nossa outra forma amorfa de modos de vida em partes gerenciáveis, para que possamos agir intencionalmente e produtivamente em meio a um dilúvio de competições e estímulos para chamar a atenção. O estreitamento do foco, simplificação, e a consequente economização de esforços na ação são, assim, o objetivo final do impulso de se organizar. Através de organização, os vários aspectos de nossas experiências vividas, incluindo especialmente a nossa experiência de si mesmo, adquirir uma identidade familiar e aparentemente sem problemas (CHIA, 2011). Porém, as coisas nem sempre são o que parecem ser, e porque a consciência disto pode criar distância crítica, e porque, em particular, essa consciência pode minar a autoridade que deriva da suposta racionalidade, universalidade, ou necessidade, pode ser uma força social para a mudança (MCCARTHY, 1990). É isso que os gestores e órgãos municipais tentam mostrar em Maringá, uma cidade arborizada, verde, com qualidade de vida, sem problemas ambientais e de estrutura urbanística.

Histórias genealógicas provaram ser um meio extremamente eficaz de problematizar o que é um dado por certo, de retransformar a atenção para o que tem sido negligenciado, de levantar questões politicamente relevantes sobre assuntos que normalmente são vistos apoliticamente (MCCARTHY, 1990). Assim, partindo do pressuposto que qualquer sociedade gera discursos, porém um discurso controlado, selecionado, organizado e redistribuído com a função de evitar seus poderes e perigos, Foucault quer mostrar que não existem sociedades livres de relações de poder, assim, os indivíduos são o resultado imediato dessas relações de poder.

Nesse sentido, ao considerar a constituição de saberes e as mudanças no sistema capitalista, especialmente o sistema penal do Ocidente, Foucault demonstra que determinadas

práticas discursivas compuseram técnicas de controle transmitidas por instituições, padrões normativos de comportamento e relações de poder (FOUCAULT, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa acepção, a história de Maringá que foi construída para ser uma cidade verde? Essa construção realmente aconteceu, foi imposta ou é mera “venda” de um ideal utilizado como forma de controle?

Pode-se dizer que a elaboração das legislações e instituições colaborou, em larga medida, para a manutenção da imagem simbólica de cidade verde. Tal imagem, que foi “produzida pelo urbanismo, é um produto tanto das forças de mercado como do poder público” (KERKHOFF, 2010, p.82). Mesmo que a cidade de Maringá tenha sido projetada considerando suas características geográficas, o discurso dos gestores tenta “vender” esse ideal verde que se percebe não ser realmente verdadeiro, porém mostra-se como uma forma de controle e imposição sobre o território.

No primeiro momento, ocorreu uma arborização na cidade, porém esta foi realizada tendo como norteadoras as questões econômicas. O projeto foi concretizado devido a uma questão essencialmente estética, tendo em vista que tinha o intuito de atrair mais migrantes e diminuir o êxodo na região.

No segundo momento, ocorreu um processo acelerado de crescimento urbano, em menos de vinte anos, em que se atingiram níveis para além do que foi planejado na década de 1940. Assim, foi necessário a elaboração da primeira legislação urbanística municipal, efetuada por meio do Código de Postura e Obras. Para manter um ideal verde, ocorreu um reflorestamento urbano com a utilização de espécies nativas e exógenas nas vias públicas e praças, com o desígnio de melhorar a estética que foi destruída pelo desmatamento inicial.

No terceiro momento, foi desenvolvido o slogan de “cidade verde”, elaborado com finalidades econômicas a fim de disseminar o significado de “paraíso turístico”, transformando a cidade em atrativo por suas potencialidades para o desenvolvimento de comércio, investimento e qualidade de vida. Esses discursos foram utilizados pelo poder público municipal com a finalidade de melhorar a imagem e divulgar a cidade na esfera nacional como sendo caracteristicamente verde. Algumas legislações foram instituídas, nesse período, com a intenção de remediar os problemas de desarticulação viária que persistiam. Na década de 1980, com a economia favorável em conjunto com as legislações vigentes, ocorreu o auge da verticalização urbana, gerando corredores altamente edificadas, o que desfavorece a

imagem de cidade verde. Nesse momento, a Secretaria de Cultura e Turismo abriu um concurso para eleger um slogan a ser adotado pela cidade. O slogan vencedor, “Maringá: coração verde do Brasil” (BOVO, 2009), representava a consciência ecológica proposta como parte do ideal de cidade verde.

No último momento, nota-se que as preocupações ambientais estavam presentes no Plano Diretor de Maringá, que se concentra nas políticas direcionadas e aplicáveis internamente, principalmente às questões práticas relacionadas à urbanização. Observa-se, porém que as primeiras legislações, principalmente as ambientais, surgiram para manter o simbolismo de “cidade verde”, valendo-se de multas por danos à arborização das ruas, praças e parques e plantio de árvores em cada lote na zona rural, ainda na década de 1970. Tudo para manter um ideal falso que não corresponde com a real cidade.

Nesse sentido, verifica-se que o enunciado “cidade verde” é um discurso adotado desde a colonização de Maringá, que ganhou força a partir da década de 1980, com os órgãos públicos municipais, que tinham o objetivo de transformar a cidade em atrativo turístico, embora não em uma cidade realmente verde e ecológica, com qualidade de vida. Em todos os fragmentos contados da história da cidade de Maringá, o discurso e as ações têm o desígnio de mostrar uma cidade verde, porém, isso é ilusório e uma estratégia mercadológica para “vender” uma imagem inexistente.

A prática mostra como as coisas deveriam ser, porém não são. Assim, confirma-se a existência de uma história geneallogicamente dirigida, que:

[...] não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam (FOUCAULT, 1996, p.34-35).

Quando as questões referentes ao meio ambiente são utilizadas a favor dos interesses econômicos e imobiliários, a própria cidade corre o risco de ser transformada em mercadoria. Se insistimos, neste trabalho, em mostrar a construção da imagem de cidade verde foi pelo fato de que, em alguma medida, ele serviu para escamotear os desafios cotidianamente colocados para edificar uma cidade comprometida com o meio ambiente e a sustentabilidade. A forma como o discurso ambiental e ecológico foi produzido e repetido em Maringá cooperou, em alguma medida, para instituir um reconhecimento e uma sensação de que é possível viver em uma cidade ecologicamente planejada.

A análise genealógica de Foucault instaura o uso da paródia da história, pois não tenta atingir e entender o seu fundo, mas reconhecer e apontar as irrealidades, o que não assegura

nenhum reconhecimento durável e a destruição das identidades. Para Foucault, a história é simplesmente um disfarce. Assim, a genealogia de Foucault trouxe contribuições relevantes para a percepção das implicações de discurso conhecimento, controle e poder, na história da construção do simbolismo verde da cidade de Maringá.

Referências

BARBOSA, L. C.; CORDOVIL, F. C. S. Plano de Diretrizes Viárias de 1979 para Maringá-PR: problemáticas, soluções e influências de sua preocupação ambiental. In: PEIXOTO, E. R.; DERNTL, M. F.; PALAZZO, P. P.; TREVISAN, R. (Orgs.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Brasília, DF: Universidade Brasília-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014 .

BERGSON, H. Introdução à Metafísica. In: _____. **Os Pensadores**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1974.

BERGSON, H. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOVO, M.C; AMORIM, M.C.C.T. A cidade verde, imagens e discursos: o caso de Maringá (PR) Brasil. **RAE GA**, Curitiba, v. 26, p. 100-127, 2012.

CARDOSO, C.S.; FAGOLIN, S.F. A cidade que todos nós queremos. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. jan./jun.2006, v. 11, nº 1, p. 205-210.

CHIA, R. Organization theory as a postmodern science. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs.). **The Oxford handbook of organizational theory: meta-theoretical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p.113-142.

COOPER, R., BURREL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. In: CALDAS, M. P.; BETERO, C. O. **Teoria das organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p.312-335.

CORDOVIL, F. C. de S. A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá – 1947 a 1982. 2010. 636 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)– Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CORDOVIL, F. C. de S., RODRIGUES, A. L.. Da tecnocracia à participação popular: A institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano em Maringá, Paraná, Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (40). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-40.htm>>. Acesso em: 05 Ago. 2015.

DIAS, J. L. BECKER, G. V. Desvendando a “Black Box”: Utilização da Perspectiva Histórico-Longitudinal em Pesquisas na Administração. In: Encontro da ANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução: vários. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13º ed. Rio de Janeiro: Grall, 1998

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e história. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GARCIA, J. C.. **Maringá Verde?** – O desafio ambiental da gestão das cidades. Maringá: Eduem, 2006.

LOCH, C.; SILVA, C. A. M.. **Considerações acerca da paisagem urbana da cidade de Maringá**. Congresso Brasileiro de cadastro técnico multifinalitário – UFSC – Florianópolis, 2006.

KERKHOFF, J.A. **A Política Ambiental de Maringá como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise a partir da Legislação Ambiental Municipal**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

MANSANO, C. do N. **A escola e o bairro: percepção ambiental e interpretação do espaço de alunos do Ensino Fundamental**. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação para o Ensino de Ciências e da Matemática)–Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

MARINGÁ. **Prefeitura Municipal**. Histórico do Município. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=27e4140e061x27&id=14>>. Acesso em: 10 Jul. 2015.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004

MCCARTHY, T. **The critique of impure reason: Foucault and the Frankfurt School**. Political Theory, v.18, n.3, p.437-469, 1990.

MENEGUETTI, K. S.; REGO, R. L.; BELOTO, G. E. Maringá: a paisagem urbana e o sistema de espaços livres. Paisagem Ambiente: Ensaio, São Paulo, v. 26, p. 29-50, 2009.

PAULA, Z. C. **Maringá o Coração Verde do Brasil?** Assis, 1998, Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, 1998.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, S. T. da. Políticas Públicas e Estratégias de Sustentabilidade urbana. **Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, n.1, agosto-dezembro de 2003.

SILVA, C.A.M. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá -PR: do espaço de Floresta à cidade Jardim, representação da "Cidade Ecológica", "Cidade Verde"**. 2006. 230 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.